



## ÁGUA E AGRICULTURA

MARÇO 2023

Cofinanciado por:



## 1. Introdução

Água e agricultura, um binómio, um casamento indissolúvel como poucos, pois não há vida sem água e, portanto, não haverá agricultura ou vida vegetal e, se dúvidas houvesse, aí estão os desertos do nosso planeta Terra para o demonstrarem.

Como os agricultores bem sabem, uma agricultura sustentável depende, para além do factor humano, de três factores físicos: solo, água e insolação. Ou, se preferirmos, da existência de boas condições edafo-climáticas. A qualidade dos solos tem de ser protegida pelas boas práticas agrícolas, como é sabido dos agricultores, mas já quanto ao clima, será o que forem as condições naturais (ou eram, antes do surgimento das alterações climáticas) embora as suas limitações possam ser superadas até certo ponto, graças a investimentos realizados para garantia da disponibilidade dos recursos hídricos, que são uma das suas componentes mais importantes. Mas tirando isto pouco podem os agricultores fazer para as assegurar, manter ou melhorar.

As alterações climáticas, que resultam fundamentalmente das emissões para a atmosfera de gases com efeito de estufa (fundamentalmente da produção de energia, do sector industrial e dos transportes, que não da agricultura, muito pelo contrário), vêm colocar tudo em causa e exigem uma resposta consistente dos vários agentes económicos e dos responsáveis políticos. No momento em que o País se propõe realizar investimentos importantes para assegurar a retoma da nossa economia, importa não perder isto de vista.

E não se diga, em tom acusatório, que a agricultura é o maior utilizador da água no nosso planeta, pois nenhuma outra alternativa seria imaginável. Não seria possível alimentar os 7 mil milhões de habitantes que o nosso planeta tem neste momento sem a agricultura intensiva que é praticada um pouco por toda a parte e para a qual a rega é muito importante, determinante mesmo nesta parte do Mundo onde nos situamos. E para acomodar as necessidades alimentares da população mundial, cujo crescimento deve continuar nas próximas décadas, (a fazer fé nas projecções das várias agências das Nações Unidas, como a FAO, seremos 9 mil milhões em 2050), vai ser necessário ir ainda mais longe e aumentar a produtividade dos nossos campos, para o que será necessário mobilizar mais solo agrícola para uma agricultura de regadio, intensiva, e melhorar as condições em que esta é praticada, promovendo a agricultura de precisão, como vem sendo designada uma agricultura tecnologicamente mais evoluída, otimizando todos os factores de produção, não apenas a água, mas também o solo, os fertilizantes e os fitofármacos.

Para Portugal isto representa uma oportunidade, o desenvolvimento de uma actividade económica à qual o nosso território se presta naturalmente, que dominamos como poucos e que tanto vem já contribuindo para o PIB nacional, para a nossa auto-suficiência alimentar e

para o equilíbrio da nossa balança de pagamentos, sem esquecer os benefícios que a agricultura aporta para a fixação das populações nas regiões de baixa densidade, com todas as externalidades positivas que isso nos traz e que nem sempre valorizamos, como seja a mitigação do flagelo dos incêndios florestais, a protecção da biodiversidade, a prevenção da erosão hídrica, o combate à desertificação, etc.

Mas pode representar também uma ameaça, pois, se não forem tomadas as medidas adequadas, mais agricultura de regadio implica maiores necessidades de água, um risco acrescido de poluição hídrica e de degradação do estado das massas de água, de perda de biodiversidade, situações que importa serem devidamente acauteladas ao decidir-se por mais investimentos em infraestruturas hidráulicas.

As alterações climáticas, que conduzem a uma maior irregularidade e a uma redução da quantidade da precipitação e a um aumento da temperatura no Sul do nosso país, leia-se da evapotranspiração das plantas, que podem por isso conduzir à desertificação de alguns espaços do território nacional, se nada for feito, e que paradoxalmente também agravam a ocorrência de inundações destrutivas, vêm complicar a nossa vida no que diz respeito às práticas agrícolas: onde, o quê, quando cultivar, que rendimento pode ser esperado, tudo questões para as quais as respostas mudam, se complicam, passam a ser mais incertas e exigem mais investimento, mais competências, mais empresarialização na agricultura, num contexto de aumento da competição pela água e, portanto, do seu custo.

Os dados do problema são conhecidos. Temos uma parte do território, a Norte do rio Tejo, que dispõe de recursos hídricos relativamente abundantes, abundância essa que as alterações climáticas mais podem vir a reforçar, a fazer fé em alguns cenários do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC), e uma parte do território a Sul deste rio onde os níveis de precipitação são menores e onde, com alguma frequência, ocorrem situações de seca hidrológica, baixas precipitações e irregularidade sazonal e interanual muito acentuadas, que as mesmas alterações climáticas estão já a agravar. A Norte, se exceptuarmos o Nordeste Transmontano e a Beira Interior onde também se verifica alguma carência, os recursos hídricos são abundantes, mas observa-se alguma escassez de solos com aptidão para o regadio, motivada pela orografia acidentada, solos esses que acabam valorizados pelas culturas de rendimento próprias da região, onde se destaca a vinha. A Sul temos a imensa península alentejana com bons solos e boa insolação, mas a que faltam os recursos hídricos necessários à sua valorização agrícola, se os necessários investimentos em obras hidráulicas não forem realizados. A nossa condição de Estado de jusante nas principais bacias que partilhamos com os nossos vizinhos espanhóis, grandes utilizadores deste recurso, mais contribui para aumentar a complexidade da tarefa da gestão sustentável dos nossos recursos hídricos – mas para ela não temos alternativa!

Diminuição da precipitação, irregularidade acentuada, redução das afluências provenientes de Espanha, aumento da procura de água para uma agricultura de grande valor acrescentado e agravamento do potencial de conflito com outros usos, são peças de uma receita para a tempestade perfeita: de um lado a necessidade da construção de mais barragens, mais infraestruturas de adução de água, maior regularização das afluências, dos anos húmidos para os anos secos, da época de chuvas para a época seca, dos territórios onde os recursos são naturalmente mais abundantes para aqueles onde escasseiam; do outro lado a necessidade da protecção da natureza e das espécies que povoam os rios, protecção dos ecossistemas ribeirinhos e terrestres associados, da continuidade hidráulica dos nossos rios, tudo isto para garantia da sustentabilidade do nosso desenvolvimento.

A procura do equilíbrio entre estes valores nem sempre é fácil, mas tem de ser promovida sem ideias pré-concebidas ou radicais, de tudo ou nada ao sabor das oportunidades, pois se já vão longe os tempos em que dizíamos que “nem uma gota de água pode correr para o mar sem ser aproveitada”, também é tempo de abandonar o preconceito contra os usos da água nas actividades económicas e do apontar do dedo ao regadio como grande desperdiçador de água, coisa que há muitos anos já não é verdade.

Os agricultores têm demonstrado que estão empenhados em contribuir para a resolução dos problemas que nos afligem, promovendo as melhores e mais eficientes técnicas de rega, investindo na renovação das suas infraestruturas e equipamentos para reduzirem as perdas e fugas e para aumentarem a produtividade da água que aplicam nas suas parcelas, água que pagam às Associações de Regantes e Beneficiários quando as integram (ou de cujas disponibilidade de água beneficiam enquanto precários), ou cujos custos de exploração (de bombagem, de adução até às suas parcelas) suportam integralmente, que são a maioria.

## **2. As alterações climáticas**

As alterações climáticas são já hoje mais do que uma mera hipótese académica cuja existência possa ser posta em causa, salvo por uns quantos que as não querem ver. Os cenários são diversos, mas tudo leva a crer que o Sul de Portugal irá ser severamente afectado pela diminuição e acentuar da irregularidade da precipitação, com períodos de chuva mais curtos e menos frequentes. As médias móveis dos caudais integrais anuais dos últimos 20 anos dos nossos rios do Sul apontam claramente nesse sentido.

Se bem virmos a coisa esta situação não é completamente nova, pois no passado tivemos anos hidrológicos de seca extrema. Acontece apenas que estas situações se tornarão mais frequentes. Somos todos demasiado jovens para nos recordarmos do ano hidrológico de 1944/45 quando na bacia do Sado não correu uma gota de água, literalmente, e as autoridades, para garantia da sua sobrevivência, tiveram de promover a transumância dos gados daquela região para o Ribatejo, onde ainda se podiam ver algumas charcas e poças com

água que permitiram o seu abeberamento, ainda que no rio Tejo esta não circulasse já também. Mas muitos de nós têm bem presente a situação que se viveu no ano hidrológico de 1994/95, quando no rio Guadiana durante mais de 6 meses a água não correu absolutamente e o Pulo do Lobo podia ser passado a vau. Poucos recordarão, no entanto, que no dia 11 de Novembro de 1995, talvez em honra ao S. Martinho, caiu uma chuva diluviana em todo o território nacional e poucos dias depois assistíamos a inundações severas um pouco por toda a parte.

Talvez graças ao impulso da seca de 1944/45, nas décadas seguintes surgem o Plano de Rega do Alentejo (1957) e o Plano de Aproveitamento do Mondego (1962) e são construídas as barragens de Maranhão, Caia, Montargil, Roxo, Santa Clara e Monte da Rocha, enquanto partes do primeiro destes planos. Estes planos e outras obras hidráulicas surgidas nessa época vieram alterar completamente o panorama da agricultura em Portugal, ao possibilitarem, através da regularização das águas, o regadio dos campos agrícolas e a passagem da agricultura cerealífera de sequeiro para a de regadio, com o concomitante aumento da produtividade dos campos e da riqueza nacional. E até mesmo algumas obras hidráulicas executadas nessa altura, que não foram então bem-sucedidas (estávamos ainda a aprender com povos que iam à nossa frente, caso dos holandeses), viriam mais tarde a revelar-se polos de desenvolvimento não despendidos, como aconteceu com o aproveitamento hidroagrícola da Idanha e a barragem no rio Ponsul que o alimenta. Muitos anos mais tarde, depois de algumas hesitações, contra ventos e marés, Alqueva e o empreendimento de fins múltiplos que serve, vieram revelar-se o motor da mudança do paradigma da agricultura em Portugal.

Se, numa grande bacia como a do Guadiana ou do Tejo, a irregularidade interanual de que há registos (desde 1930/31) do caudal integral anual pode ser da ordem de 1/200, numa bacia como a do rio Ardila ou do Lucefecit aquela irregularidade é superior a 1/1000! Ou seja, sem obras de regularização de caudais a agricultura que pode ser praticada é de elevado risco de perda total das culturas em períodos de seca frequentes e prolongados, desencorajando o investimento e a empresarialização desta actividade. Tudo isto vai ter de ser explicado aos nossos amigos da Europa Central e Setentrional para quem a água é um bem adquirido, pois se não está sempre a correr no rio, está disponível no aquífero a pouca profundidade, quando não tem mesmo de ser drenada para que seja possível cultivar os campos.

As alterações climáticas promovem mais um desafio à agricultura que se tem de praticar entre nós: terá de ser mais suportada em novas tecnologias, de rega, de recurso à inteligência artificial para melhoria das práticas agrícolas, mais rigorosa ainda no uso da água e protecção dos solos e dos aquíferos, mais amiga do ambiente, económica no uso dos fertilizantes e dos fitofármacos, capaz de usar as águas residuais tratadas que venham a estar disponíveis, numa palavra, mais resiliente. Ou seja, a já referida agricultura de precisão suportada em mais investimento, mais conhecimento e mais competências.

### **3. O Plano de Recuperação e Resiliência**

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) recentemente aprovado representa uma oportunidade para esta mudança de paradigma que se impõe, não apenas por força das já referidas alterações climáticas, mas também pela necessidade do reforço da nossa competitividade no mercado internacional, competitividade não apenas nos mercados dos produtos agrícolas, mas também competitividade como País, graças a uma imagem de responsabilidade social e ambiental que teremos de construir ou reforçar envolvendo todos os agentes, o Governo, as autarquias locais, a administração pública, os agricultores, os empresários da agro-indústria, as organizações representativas do sector, as organizações não governamentais que promovem estes valores, etc.

O PRR, tal como já sucedia com o Programa Nacional de Investimentos (PNI 2030), é parco no que respeita ao sector agrícola. Ora, ao contrário do que alguns supõem, vai ser necessário levar a cabo investimentos importantes no sector, muitos dos quais, pela sua natureza, infra-estrutural, colectiva, terão de ser públicos. Os agricultores não se furtarão a realizar os investimentos para a melhoria das condições das suas explorações agrícolas no sentido de as tornarem mais resilientes e são por isso merecedores de todo o apoio, mas há coisas que os ultrapassam e para as quais o Estado é chamado a intervir como aconteceu no passado. Pensemos nos regadios públicos, alguns referidos acima, cujas infraestruturas se encontram em serviço nalguns casos há mais de 50 anos, entregues às associações de beneficiários e que carecem de reabilitação e modernização. Pensemos no que se passa na bacia do Tejo, onde a esmagadora maioria dos agricultores realiza do seu bolso todos os investimentos necessários e pratica uma agricultura de regadio que é modelar, eficiente, moderna e avançada tecnologicamente. Ou pensemos nos chamados precários, que encontramos associados a todos os aproveitamentos hidroagrícolas de iniciativa do Estado: desde que lhes seja minimamente garantido o acesso ao recurso, eles realizam os demais investimentos necessários para tornarem possível a rega das suas parcelas.

Mas há agricultores cuja modernização das suas explorações e práticas agrícolas depende de investimentos que eles, só por si, por razões não apenas financeiras mas também materiais, não estão em condições de levar a cabo. É o caso dos terrenos cuja valorização agrícola depende da realização de obras de enxugo, colectivas por definição, como acontece no Baixo Mondego e no Baixo Vouga Lagunar, ou da protecção contra inundações, como sucede na Lezíria do Tejo e em tantos outros terrenos marginais dos nossos rios, que pela sua natureza aluvionar apresentam boa qualidade para a prática de uma agricultura de grande valor acrescentado. O caso do Pisão/Crato é um bom exemplo do que afirmamos e congratulamo-nos com o facto de tanto no PRR como no PNI 2030 estar previsto avançar com este projecto, ao mesmo tempo que lamentamos que outros projectos há muito identificados não sejam ali referidos. É que este projecto não é caso único, havendo alguns outros que têm dado que falar recentemente, depois de terem passado décadas no esquecimento, como é caso de

projecto Tejo, que não será por falta de estudos que não avançou, se pensarmos no Plano do Tejo realizado nos anos 1970 por encomenda dos Serviços Hidráulicos, no qual se previa a rega de cerca de 70.000 hectares nos terrenos aluvionares deste rio e 135.000 hectares nos terraços e nas vizinhas ribeiras do Oeste, muitos já hoje beneficiados pelos próprios agricultores interessados. Ou do completamento do aproveitamento hidroagrícola do Baixo Mondego, com a protecção contra inundações, a drenagem e a rega dos terrenos marginais dos afluentes Arunca e Pranto, para referir apenas estes cujos primeiros estudos datam do tempo da Junta Autónoma de Obras de Hidráulica Agrícola (JAOHA) na década de 1940. O aproveitamento hidráulico do Alvito, no Ocreza, de que já se fala há mais de 50 anos, pode fazer parte da solução no que à bacia do Tejo diz respeito, desde que encarado numa óptica de fins múltiplos e não meramente hidroelétrico, como foi pretendido na sua mais recente reencarnação (no Plano Nacional das Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico).

Muitos outros podem ser referidos, entre eles muitos pequenos aproveitamentos que requerem algum investimento público em obras de captação e adução de água, ou até mesmo da simples protecção contra inundações e drenagem dos terrenos, mas estes dão-nos desde já uma ideia do potencial que continua por explorar. Se dúvidas subsistirem basta visitar a página web da Direcção Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (DGADR) ou o Programa Nacional de Regadios (PNR) e ver a miríade de pequenos e médios aproveitamentos hidroagrícolas existentes ou projetados cujas condições de exploração podem vir a ser beneficiadas com os apoios financeiros que se anunciam. Os pequenos regadios tradicionais existentes e em exploração são ao todo já cerca de 1700, alguns com escassas dezenas de hectares apenas, mas que no seu total representam cerca de 52.000 hectares de regadio ao serviço de mais de 72.000 beneficiários, o que desde logo nos dá uma ideia da sua importância social.

O Recenseamento Agrícola 2019 (RA 2019), cujos resultados são já conhecidos, aponta no mesmo sentido: a área regada tem vindo a aumentar acompanhando a empresarialização na agricultura e a par de um inédito aumento da Superfície Agrícola Utilizada (SAU), de uma expansão e modernização de muitas culturas e de uma concentração fundiária em grandes unidades produtivas, contrariando o abandono da actividade agrícola que se vinha registando. O RA 2019 revela-nos que o número de sociedades agrícolas em actividade mais que duplicou nos últimos dez anos (!) e que as empresas agrícolas, embora representem apenas 5% das explorações, têm uma importância crescente na estrutura produtiva, explorando 36% da SAU (+9 % do que em 2009), produzindo 56% dos efectivos pecuários e empregando cerca de 56 mil trabalhadores, o que corresponde a 77% da mão de obra agrícola assalariada com ocupação regular. Nenhum outro sector da economia nacional, excepto talvez o sector do Turismo, apresenta tais resultados.

O PRR aponta, entre outros projectos susceptíveis de virem a ser financiados, projectos que terão como beneficiários os agentes económicos que asseguram a nossa capacidade

produtiva e a criação de riqueza. Os agricultores claramente fazem parte deste lote de agentes económicos mas, ao contrário de muitos outros agentes económicos que estarão à espera de ser beneficiados com o acesso directo a estes fundos, esperam sobretudo que o Estado dê seguimento aos estudos e projectos que ele próprio desenvolveu ou encomendou há muitos anos atrás para serem desenvolvidos numa óptica de fomento da economia nacional, projectos esses para cuja implementação têm faltado os necessários meios financeiros, situação que agora se altera com o PRR (revisite-se o ProDeR e muitos destes projectos estão lá). A CAP já deu o seu contributo para a discussão e a definição do quadro de prioridades que deve presidir à aplicação destes recursos financeiros numa óptica da promoção de valores, de solidariedade, de sustentabilidade, de desenvolvimento equilibrado do todo nacional, de valorização dos nossos recursos naturais e de defesa contra as alterações climáticas. Estamos disponíveis para participar no aprofundamento desta discussão, de que é testemunho o nosso documento “Ambição Agro 2020-30”, e é essa mensagem que aqui queremos sublinhar.

Nas décadas de 1950 e 1960 assistiu-se a um forte impulso na construção de infraestruturas de rega com uma forte componente social, com as barragens e suas redes de canais, muitas delas iniciadas ainda antes do eclodir da 2ª Guerra Mundial (Paúl de Magos, no vale do Sorraia, Burgães, na bacia do rio Vouga, Alvega no Tejo, Pego do Altar e Vale do Gaio, na bacia do Sado, Idanha, na bacia do Ponsul, são exemplos disso); as décadas de 1960 a 1990 foram as décadas da electrificação do país e da construção, com esse objetivo, de muitos aproveitamentos hidroelétricos, muitas barragens, que tornaram possível iluminar as vilas e aldeias do nosso país; as décadas de 1990 e 2000 foram as décadas do investimento público nos serviços urbanos de água e saneamento, que nos retiraram da situação lastimosa em que nos encontrávamos no que a estes serviços diz respeito; a década de 2000 foi também a década da rodovia, que permitiu que o país ficasse servido por uma rede de autoestradas que causa inveja aos países mais avançados, talvez a mais densa do mundo (!); e foi a década do desenvolvimento do projeto do Alqueva e do Plano de Rega do Alentejo que mudou o fâcies daquela região.

Desejamos agora que a década de 2020 fique conhecida como a década da mudança do paradigma em muitos domínios, do impulso à economia circular, à digitalização, à acção climática e à transição energética, mas também à agricultura, graças ao investimento público em infraestruturas que possam dar um forte impulso ao sector, sector que se distingue de alguns dos anteriormente referidos por se dedicar à produção de bens transacionáveis (para recordar uma crítica, justa em certa medida, ao que se vinha fazendo em matéria de investimento público na rodovia há uns anos atrás).



#### 4. Projetemos a longo prazo

Nos momentos difíceis como este que atravessamos, teremos de olhar para o curto prazo, para a recuperação da nossa capacidade produtiva e para a superação dos problemas sociais que estão associados à crise pandémica em que mergulhámos em 2020. Mas é também o momento apropriado para olharmos para o modelo de governança e modelo de desenvolvimento da economia que queremos para o nosso país, pois a superação da crise vai exigir investimento. Há importantes recursos financeiros que vão estar disponíveis e importa que sejam bem aplicados, para que cada euro investido realize o máximo proveito para as gerações futuras.

Ora, se olharmos para os principais indicadores de desenvolvimento disponíveis para os países da UE, vemos que Portugal se está a atrasar e a perder posições para os países aderentes mais recentes, situando-se neste momento, no que toca ao PIB *per capita*, atrás de países como o Chipre, a Estónia e a Lituânia. É sabido que até há pouco tempo muito investimento com dinheiros públicos teve entre nós como destinatários projectos destinados à produção de bens e serviços não transaccionáveis e o resultado está à vista: corremos o risco de perder o carro da globalização, simplesmente.

A agricultura em geral, e a agricultura de regadio em particular, não sofre desta pecha. Os bens produzidos destinam-se ao mercado, seja ele o mercado local, o regional, o nacional ou o internacional, com todas as exigências que isso coloca no que a este último diz respeito: qualidade dos produtos, quantidade, continuidade da produção e garantia de entrega atempada no destino. Se, para a produção destinada aos mercados local e regional, e até mesmo nacional, estas questões, ainda que importantes, não têm tanta acuidade, exceptuada a qualidade que sempre será exigida, já para a colocação dos produtos agrícolas no mercado internacional o grau de exigência é extremamente elevado, por força da concorrência com a qual aí nos defrontamos. E não é apenas uma questão de qualidade, é também uma de quantidade e de continuidade, pois estamos a falar de contratos com muitas semelhanças aos do *just-in-time* das peças industriais: o comprador tem de ter a segurança de que o fornecedor tem a capacidade para entregar o produto atempadamente, em quantidade e com garantia de continuidade, de ano para ano e não apenas de semana para semana. Críticas como a de que “a paisagem do olival é monótona” e outras que ouvimos da parte de algumas pessoas no bota-abaixo do regadio, cujas boas intenções não contestamos, revelam um forte preconceito e um total desconhecimento das realidades da vida, que não apenas das da agricultura.

A visão estratégica que se exige aos nossos governantes tem tudo a ver com isto: apoio a uma produção de qualidade, sustentável, com a dimensão que lhe permita ser eficiente e com isso competitiva. E para isso o recurso à rega é uma exigência natural nas condições edafo-climáticas de grandes parcelas do nosso território.

E o que não nos faltam são estudos, avaliações do potencial agrícola, das origens de água que podem ser mobilizadas, até mesmo dos impactes ambientais que poderão estar associados a muitos destes projectos. E, podemos dizê-lo, muitos destes projectos não terão mesmo outros impactes ambientais que não sejam os positivos, ao visarem a reabilitação e a modernização de infraestruturas de rega existentes, como é o caso de grande parte dos projectos incluídos oportunamente para financiamento no ProDeR, a Estratégia para o Regadio Público e no Programa de Desenvolvimento Rural, ambos para o período 2014-2020, e depois no Programa Nacional de Regadios, que se estende até 2023, que contribuirão para a redução de perdas e fugas e com isso para um uso mais eficiente do recurso, para o reforço da segurança de barragens, para a introdução de tecnologias mais eficientes que permitirão o incremento da produtividade dos factores de produção e a redução da pegada ecológica, e para o completamento de investimentos já realizados e, com isso, para o aumento da sua eficácia, eficiência e recuperação de custos já incorridos.

No roteiro apresentado pelo PNR temos quatro regiões distintas, cada uma com as suas características edafo-climáticas, com características próprias no que toca aos solos, às culturas praticadas, à acessibilidade e abundância dos recursos hídricos e ao tipo de propriedade, de que resultam necessidades distintas no que toca aos investimentos necessários ao seu desenvolvimento, nomeadamente no caso do regadio.

Todas estas regiões devem merecer a nossa atenção e a cada uma delas iremos dedicar algumas linhas, perspectivando quais são os projetos de agricultura de regadio que, na nossa opinião, merecem e justificam a atenção dos poderes públicos.

### **Zona Homogénea 1 – Algarve e Sudoeste Alentejano**

O PNR começa pelo Algarve e bacia do Mira, que classifica como Zona Homogénea 1, e no que toca aos projectos identificados assinala os casos dos perímetros de rega do Mira, do Alvor, de Benaciate e de Silves, Lagoa e Portimão. A aposta vai para a melhoria da eficiência hídrica e energética, com a redução das perdas de água na adução e a promoção de métodos de rega mais eficientes.

O Algarve, onde o regadio não se circunscreve aos perímetros de rega enunciados no PNR, que são apenas alguns dos dos Grupos II e III, é um caso de estudo, pois o regadio tem vindo a desenvolver-se nos últimos anos muito na base da iniciativa individual dos agricultores que recorrem aos recursos hídricos dos aquíferos da região, maioritariamente cársicos, fazendo para tal os investimentos necessários (estamos a falar de muitas dezenas de milhares de hectares de regadio particular, contra apenas cerca de 6.400 hectares de regadio público dos Grupos II e III que estarão a ser regados neste momento, de um total de área beneficiada da ordem dos 12.700 hectares). E outros regadios há, regadios públicos do Grupo IV, que recorrem a águas represadas em pequenos açudes, que embora sendo apenas umas centenas

de hectares (cerca de 430 hectares no total) ainda têm expressão económica, e sobretudo social, não negligenciáveis.

No Sotavento Algarvio cabe destacar o perímetro de rega do Sotavento, também ele do Grupo II, que é já hoje muito eficiente na forma como utiliza a água e talvez por isso não é ali apontado, estando no entanto a área regada ainda longe de ter atingido os valores da área equipada de projecto, embora tenha vindo a crescer nos anos mais recentes graças à introdução de novas culturas, com destaque para o abacate, e ainda pela expansão do regadio de outras frutícolas destinadas a satisfazer a procura dos mercados da Europa central. Nesta Zona Homogénea cabe ainda o perímetro de rega do Mira, um dos mais antigos em exploração e que nos últimos anos passou a assumir grande importância.

No Algarve e Mira estamos perante uma situação que merece alguma preocupação das autoridades responsáveis pela gestão dos recursos hídricos e autoridades regionais, pois em anos recentes (2018, 2020) esteve-se à beira da ruptura e esgotamento dos recursos devido à competição que se instalou entre os seus vários utilizadores, todos eles importantes a vários títulos e com uma presença muito forte na região: os municípios, o turismo e a agricultura.

Tendo em vista encontrar soluções para o défice hídrico que se vive na região do Algarve, a APA desenvolveu, com a colaboração da DGADR, um Plano Regional de Eficiência Hídrica para a região e tem em curso a realização de alguns estudos para o aumento da oferta de água para os vários fins. Soluções tais como a dessalinização, a reutilização das águas residuais tratadas e o reforço da captação de água nos afluentes da margem direita do rio Guadiana no Algarve estão já em marcha, sendo, no entanto, que o envolvimento dos principais intervenientes vai ser determinante para assegurar que os interesses da agricultura são devidamente salvaguardados. Tal passa por uma afectação de recursos na razão das condições objectivas da região e da capacidade para pagar dos vários utilizadores:

- se a água dessalinizada, que é uma das soluções que está a ser ponderada para suprir aquele défice hídrico, for dedicada ao abastecimento urbano e consumo humano, para o qual se exige uma qualidade que com esta tecnologia pode ser facilmente alcançada sem mais (e os principais centros de consumo estão situados no litoral junto ao mar e são servidos já hoje por um adutor longitudinal que vai de Tavira a Vila do Bispo);
- se a água residual com origem nas ETAR da Águas do Algarve, que é já hoje objecto de um tratamento bastante avançado devido às exigências de qualidade colocadas a estes efluentes que são descarregados no litoral, tendo em vista salvaguardar a qualidade das águas balneares, e que é gerada fundamentalmente na época alta do turismo, ou seja, no Verão, for dedicada à rega dos campos de golfe, lavagem de ruas e outros usos não potáveis;

então ficarão facilmente disponíveis mais umas quantas dezenas de milhões de m<sup>3</sup> de águas superficiais e subterrâneas que poderão ser utilizadas na agricultura.

Os agricultores do Algarve não ficaram à espera do Estado e avançaram para a modernização das suas práticas agrícolas e para a inovação, pois cada gota de água que extraem dos aquíferos ou das albufeiras da região tem os seus custos suportados por eles. Mas há ainda muito para fazer, pois segundo os dados que podem ser vistos no Plano de Eficiência Hídrica do Algarve, no sistema de Silves, Lagoa e Portimão, que data da década de 1950, ainda se perde cerca de 40% da água aduzida ao sistema (contra apenas cerca de 9% no Sotavento Algarvio, que data da década de 1990). Também, como já foi referido, para além dos beneficiários dos perímetros de rega públicos dos Grupos II e III há muitas centenas de agricultores que dependem de soluções também públicas (Grupo IV) de muito menor dimensão, charcas, pequenos açudes e barragens, no limite captações de águas subterrâneas, contando-se mais de uma dezena de regadios com esta tipologia, alguns como o de Almada d'Ouro com mais de uma centena de beneficiários para 20 hectares regados a partir da albufeira com este nome, perímetros de rega que, por razões de natureza eminentemente social, não podem ser esquecidos nos planos de investimento público que venham a ser desenhados para a região.

Quanto à bacia do Mira, uma das primeiras obras integrantes do Plano de Rega do Alentejo, o respectivo perímetro de rega cujas necessidades hídricas dependem fundamentalmente das águas represadas na albufeira de Santa Clara (cujos 50 anos de existência foram festejados em 2019) e que durante muitos anos esteve dedicado à rega de milho, hortícolas e arroz, é hoje muito procurado para a plantação de culturas de alto rendimento, tais como a relva para campos de jogos, as florícolas, a batata doce, os mirtilos e as framboesas (recentemente entrados em força na dieta nacional e que continuamos a importar, nomeadamente de Marrocos e até do Perú!), sendo para isso necessário o reforço desta origem de água, seja pelo alteamento da barragem, seja pela reabilitação e impermeabilização do canal condutor geral, seja pela instalação de uma estação elevatória com carácter definitivo para permitir o melhor aproveitamento do volume morto da albufeira, seja por outra solução que se revele mais adequada, importando não perder de vista os investimentos na modernização do sistema que o Estado e os agricultores têm vindo a fazer ao longo dos anos (sem prejuízo da necessidade da resolução de problemas sociais que se encontram aí pendentes).

O PNR é generoso para com esta Zona 1, pois admite financiar praticamente todos os sistemas públicos de rega de alguma dimensão. Mas para que o objectivo seja alcançado vai ser necessário resolver o problema do défice hídrico estrutural que se observa na região, para o que há soluções, como já vimos, soluções essas que exigem uma estreita colaboração entre todos os parceiros, agentes e interessados da região. Um embrião para essa cooperação existe já neste momento na forma da “Comissão de Gestão de Seca do Algarve” criada em 2019 e que tem vindo a funcionar como plataforma para o diálogo entre parceiros sobre a gestão dos recursos hídricos da região. A consolidação desta Comissão como Associação de

Utilizadores, figura prevista na Lei da Água, permitiria criar uma plataforma permanente para o diálogo e o entendimento entre utilizadores, plataforma essa susceptível de evoluir mais tarde para uma solução regional de natureza empresarial capaz de funcionar como interlocutor e parceiro do governo para os investimentos que a região requer para a valorização da sua economia. Uma solução do tipo EDIA, idêntica à que foi criada para a gestão dos investimentos realizados pelo Estado no Alentejo, poderia fazer parte do pacote.

### **Zona Homogénea 2 – Alentejo**

Esta é a parcela do território nacional onde o regadio tem tido maior expansão, graças ao Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA) e a todos os investimentos que vêm sendo realizados pela Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas de Alqueva (EDIA).

O regadio público em Portugal nos moldes em que o conhecemos hoje iniciou-se, pode dizer-se, no Alentejo. Isto foi assim porque desde cedo se percebeu que esta província portuguesa tinha um grande potencial hidroagrícola que havia que valorizar, particularmente a bacia do rio Sado. Foram para isso muito importantes os trabalhos levados a cabo pela Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola (JAOHA) nas décadas de 1940 e 1950. Situa-se no Alentejo o Aproveitamento Hidroagrícola (AHA) do Vale do Sado cuja exploração se iniciou em 1949, com origem na albufeira criada pela barragem do Pego do Altar. E o Plano de Rega do Alentejo data de 1957, os trabalhos para a sua realização iniciaram-se logo depois com a realização dos AHA de Campilhas e Alto Sado, Odivelas, Caia, Vale do Sado e Roxo, para referir os mais importantes.

Os trabalhos da construção da barragem de Alqueva iniciaram-se em 1976 para serem interrompidos pouco depois (1978), devido à crise financeira que o nosso país teve então de enfrentar (a frase deixada pelos alentejanos na ensecadeira, conhecida de todos, poderia ser a bandeira deste nosso trabalho...). O resto da história é conhecido. Contra ventos e marés (a albufeira nunca iria encher, os solos iriam ser rapidamente destruídos, os agricultores não iriam utilizar a água posta à sua disposição, melhor seria construir umas centenas de pequenas barragens, ...) o empreendimento avançou e é hoje um dos *ex libris* da agricultura nacional, ainda que sobre ele continuem a incidir muitas campanhas que pretendem diminuí-lo sob os mais variados pretextos.

O Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA) não é, no entanto, o único AHA desta Zona Homogénea que merece neste momento a atenção da parte das autoridades competentes, como pode ver-se no PNR que nesta região identifica 36 projetos susceptíveis de serem apoiados, entre estes o Xévorá, Caia, Campilhas, Vidigueira, Monsaraz, Lucefecit, Minutos, Vale do Sado, Vigia, para referir apenas estes AHA, alguns dos quais que já hoje beneficiam de águas represadas em Alqueva (embora originariamente isso não tivesse sido

considerado). Estes e todos os outros AHA da região são de grande importância e terão de continuar a merecer toda a atenção das autoridades do regadio.

O EFMA traz-nos outros ensinamentos que não podemos ignorar: um modelo de governança (de concepção, enquanto aproveitamento de fins múltiplos capaz de conciliar interesses e gerir potenciais conflitos; de financiamento, com a sua capacidade de endividamento sem onerar as contas públicas graças ao facto de recuperar os seus custos; de sustentabilidade ambiental; de gestão empresarial dotada de grande autonomia) que pode e deve ser replicado em outras situações semelhantes existentes ou projetadas, como é o caso do Projeto Tejo de que falaremos mais longamente adiante, ou a solução para o Algarve referida anteriormente. O EFMA tem contribuído como nenhum outro AHA público para a já referida mudança do paradigma na nossa agricultura, que o RA 2019 identificou claramente. E isto visto também numa perspectiva ambiental, com os seus caudais ecológicos religiosamente observados, a sua escada de peixes (mais precisamente um elevador de peixes!) sempre operacional, a sua eficiência energética e o recurso sistemático às energias renováveis, a monitorização da qualidade da água, etc.

E o EFMA traz-nos também um outro ensinamento. É possível, desde que sejam tomadas as devidas medidas, trazer água das bacias onde ela está disponível para as bacias deficitárias sem grandes impactes ambientais e com custos contidos. A água do Alqueva (Guadiana) é utilizada para a rega e outros usos na bacia do Sado e não são conhecidos prejuízos ou impactes ambientais negativos de algum alcance. E as águas dos afluentes na margem direita do rio Guadiana no Algarve, regularizadas nas albufeiras de Odeleite e Beliche, vêm sendo utilizadas para o abastecimento de água a todo o Algarve sem que seja conhecido qualquer impacte ambiental negativo daí derivado. Perante os impactes das alterações climáticas, este é um ensinamento que devemos reter, por exemplo para resolver com as águas da bacia do rio Douro uma parte do défice hídrico que se observa na bacia do Tejo, intensificando o uso do transvase Sabugal (rio Côa, na bacia do Douro) – Meimosa (ribeira da Meimosa, na bacia do Tejo).

A problemática do regadio nesta Zona Homogénea não se esgota com o EFMA, no entanto, devendo merecer a atenção das autoridades o que se passa em outros aproveitamentos e outras parcelas deste vasto território. Na bacia do Sorraia, certamente (os Minutos, que se encontram subaproveitados, o Pisão, já referido, são apenas exemplos do que está por fazer aqui), mas também na própria bacia do Guadiana.

A margem esquerda do Guadiana é território agrícola em que o investimento público no regadio tem sido sistematicamente negligenciado por se evocar a conservação da natureza, esquecendo que tal se deve em grande medida aos agricultores da região. São exemplo disso os produtos DOP como o queijo de Serpa, o azeite de Moura e o presunto de Barrancos, sistemas de produção que sem um complemento de modernidade não serão viáveis, o que

coloca em evidência o potencial que há para explorar. A barragem do Enxoé, cujo alteamento estava previsto desde o primeiro momento em vista a permitir o regadio, que não aconteceu, o AHA do Abrilongo, no Xévora antes deste entrar em Espanha (na desatenção dos portugueses são os espanhóis que estão a aproveitar as águas da albufeira desta barragem construída por Portugal para regarem as suas parcelas), o enorme volume de armazenamento da albufeira do Caia que se encontra também ele por aproveitar na sua plenitude (mais de 190 milhões de m<sup>3</sup> de volume útil da albufeira para a rega de apenas 7.300 hectares), tudo exemplos da atenção que o regadio nesta região nos deve continuar a merecer. Com bem se diz no PNR a respeito destes e de outros aproveitamentos hidroagrícolas já existentes, baseados em barragens construídas há muitos anos, é possível potenciar e valorizar os investimentos realizados a seu tempo procedendo à ampliação dos regadios, à semelhança do que está a ser feito agora com Alqueva.

### **Zona Homogénea 3 – Litoral Norte e Centro**

Esta zona caracteriza-se por se desenvolver na faixa litoral que vai da península de Setúbal até ao Minho e seus terrenos aluvionares, e por beneficiar de recursos hídricos superficiais relativamente abundantes, com origem no maciço montanhoso da Serra da Estrela e nas manifestações da Cordilheira Cantábrica que delimitam o território nacional a Norte, onde incluímos a serra da Peneda-Gerês, e recursos em solos com boas condições para a prática do regadio, abarcando ainda a Orla Mesocenozóica Ocidental (região de Aveiro) e a Bacia Terciária do Tejo e do Sado, com os seus abundantes recursos hídricos subterrâneos.

As bacias dos rios Minho e Lima integram a região hidrográfica 1 (RH1) para efeitos de planeamento hidráulico. A bacia do rio Minho dispõe de recursos hídricos abundantes. O rio Minho ele próprio entra no seu troço internacional já relativamente próximo do seu estuário e chega caudaloso, pois drena a Cordilheira Cantábrica, o polo pluviométrico mais importante da Europa. A parte portuguesa da bacia situa-se toda ela na sua margem esquerda (ME) uma vez que o rio nunca chega a entrar em Portugal. Os recursos hídricos do rio e dos seus afluentes são utilizados para a rega dos terrenos marginais. De entre os seus afluentes nesta margem, em Portugal destacam-se os rios Mouro e Coura, quando se caminha para jusante. Para o Mouro está prevista há muito tempo a construção de uma barragem com fins de abastecimento de água às populações (Melgaço, Monção e Valença) e fins hidroagrícolas, destinada a permitir a rega de cerca de 600 hectares.

No inquérito de 2004/2005 a DGADR identificava nesta bacia 96 regadios tradicionais com um total de 3.704 hectares de área regada e cerca de 6.750 beneficiários (cerca de 0,6 hectares/beneficiário, o que nos dá uma ideia da dimensão social do regadio nesta região).



Quanto à bacia hidrográfica do rio Lima, os seus recursos hídricos são também abundantes e nela beneficiamos do facto de estar construído e em exploração (pela EDP) um importante aproveitamento hidroelétrico (AHE), o Alto Lindoso, logo à entrada do rio no nosso país, a jusante da confluência do Castro Laboreiro com o Lima. Alguns kms a jusante do Alto Lindoso está ainda construído e em exploração o AHE do Touvedo, que tem, entre outros, o objectivo de proceder à desmodulação semanal dos caudais turbinados naquele outro aproveitamento. Entre ambos realizam uma regularização interanual dos caudais deste rio da qual pode beneficiar a agricultura de regadio que ali se pratica. Está há muito tempo prevista a rega de cerca de 7.500 hectares de bons solos agrícolas nas margens do rio Lima, a jusante de Ponte de Lima, e nos campos marginais dos rios Anho e Âncora, para o que seriam construídos açudes nestes rios. Desta área, cerca de 6.000 hectares nas margens do Lima e do Anho seriam regados com as águas do primeiro destes rios, regularizadas numa albufeira a criar a montante de Ponte de Lima, que serviria também de origem de água para o abastecimento às populações, e cerca de 1.500 hectares seriam regados nas margens do Âncora e na orla costeira entre Afife e Viana do Castelo, com as águas deste rio regularizadas por uma albufeira a construir a montante de Freixeiro de Soutelo (barragem de Grovas).

No inquérito de 2004/2005 a DGADR identificava nesta bacia 223 regadios tradicionais, com um total de cerca de 6.900 hectares de área regada e cerca de 10.100 beneficiários, o que nos dá uma ideia da importância que o regadio tem na região.

Ao todo, entre as bacias do Minho e do Lima (RH1) estão identificados pela DGADR cerca de 14.300 hectares de regadio, dos quais cerca de 60% por recurso às águas subterrâneas, o que se tem de considerar como muito importante atendendo às características edafo-climáticas da região.

Quanto ao rio Cávado, está intensamente explorado numa perspectiva hidroelétrica, com barragens construídas no seu curso principal e ainda nos rios Rabagão, seu afluente na ME, e Homem, afluente na MD. Na bacia há já uma área regada não desprezível, cerca de 2.000 hectares de pequenos sistemas de rega com uma forte componente social. Os recursos hídricos desta bacia são muito importantes e também aqui se observou a expansão da rega tradicional por iniciativa dos proprietários dos campos marginais. Em 2005 seriam 208 os regadios tradicionais e a sua área total regada seria da ordem dos 4.900 hectares e os beneficiários 6.400.

Os rios Ave e Leça têm as suas bacias hidrográficas entaladas entre as bacias dos rios Cávado e Douro, muito densamente ocupadas, seja pela actividade agrícola, seja pela indústria, com destaque para o têxtil, águas termais e indústria extrativa (granito e outras rochas). A agricultura aqui praticada beneficia dos recursos hídricos abundantes e de uma rede hidrográfica densa, que permite o desenvolvimento de uma agricultura de regadio tradicional. Em 2005 seriam 118 os regadios tradicionais e a sua área total regada seria da



ordem dos 3.100 hectares e os beneficiários 2.030. Estas bacias integram, para efeitos de gestão hidráulica, a RH2, e segundo a informação disponível haverá cerca de 45.000 hectares de regadio, dos quais apenas 650 hectares de regadio público (Sabariz-Cabanelas, na MD do Cávado em Vila Verde) e os restantes são particulares, sendo que 60% da água de rega provém da exploração dos aquíferos da região. Dizem os entendidos que uma das razões do sucesso industrial do têxtil na região se deve, em larga medida, ao regadio tradicional a que os habitantes locais continuam a recorrer como complemento do rendimento familiar.

Na região minhota temos então uma área total regada em pequenos regadios tradicionais da ordem dos 18.600 hectares e cerca de 25.300 beneficiários (a que haverá que adicionar os regadios individuais, que também são importantes uma vez que o acesso às águas é relativamente fácil, seja pela densidade da rede hidrográfica, seja pelo facto de o nível freático estar muito próximo da superfície). É fácil reconhecer a importância económica e social do regadio na região.

As bacias hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis integram a chamada RH4, e confinam a Norte com a bacia do rio Douro e a Sul com as ribeiras do Oeste e com a bacia do rio Tejo (RH5). Destacam-se nesta região dois aproveitamentos hidroagrícolas de referência na comunidade hidráulica, por razões que têm a ver com a sua natureza (rega, mas também enxugo dos terrenos e protecção contra inundações) e ambição que presidiu à sua concepção e implementação, pesem embora as limitações de que ainda sofrem: o AHA do Baixo Mondego e o AHA do Lis, o primeiro da década de 1970, embora reclamado pela população há muitos anos (e estudado desde pelo menos o reinado de D. Manuel, o chamado “encanamento do Mondego” que visava a protecção dos terrenos marginais contra as recorrentes inundações) e o segundo, também ele muito reclamado (desde o reinado de D. Carlos) com idêntico propósito e que foi iniciado ainda na década de 1940.

O AHA do Lis destaca-se no panorama nacional a vários títulos: por ser um dos primeiros a ser concebido e realizado, pela sua concepção arrojada à época; pelo facto de ter sido constituída a respectiva Associação de Beneficiários em 1947, o que faz dela uma das mais antigas, se não a mais antiga, do nosso país; e pelo facto de ser a rede de rega alimentada a partir de 26 açudes, espalhados pela bacia do rio Lis e não a partir de uma albufeira (fazendo prova, se necessário for, de que a rega não exige necessariamente a construção de grandes barragens). A área regada é de 2.145 hectares e são na ordem de 3.500 os beneficiários. Estes números colocam desde logo em evidência a estrutura fundiária e a importância social deste aproveitamento hidroagrícola.

O AHA do Baixo Mondego tem uma origem semelhante: a necessidade da drenagem dos terrenos marginais e protecção contra inundações no vale deste rio, a jusante de Penacova, incluindo a Baixa da cidade de Coimbra. E também vêm de longe os estudos e projetos para o encanamento do rio Mondego, contra cujo protelamento protestava já em 1790 o Padre

Estêvão Cabral (o protelamento de importantes obras hidráulicas entre nós não é, portanto, nada de novo!). A área que estava prevista para ser beneficiada no vale do Mondego entre Coimbra e a Figueira da Foz é de 15.000 hectares, e a área a beneficiar nos chamados campos de Cantanhede ao Vouga, de 35.000 hectares. A par das obras destinadas ao regadio estiveram sempre as da protecção contra inundações e as destinadas à drenagem dos terrenos marginais, sendo que para a protecção contra as inundações, para além da barragem da Aguieira, AHE cuja exploração está condicionada à defesa contra cheias graças a uma reserva de capacidade na albufeira durante a época húmida com esse fito, foram também construídos diques marginais, sendo que o da MD leva também o canal condutor geral da água para rega e para a indústria, esta próxima da foz.

O AHA do Baixo Mondego teve uma realização parcial que incidiu sobretudo sobre os terrenos da MD do rio. Ao todo estão neste momento realizadas as Infraestruturas de rega que permitem servir cerca de 6.800 hectares do total projetado, com um conjunto de cerca de 1590 beneficiários. Para a 2ª fase que se reclama (Resolução da Assembleia da República n.º 123/2013) caberia equipar os blocos de Quada e Lares, Pranto, Foja, Arunca, Ega e Anca / S. Fagundes, no total mais cerca de 5.500 hectares e 3.700 beneficiários.

A obra do AHA do Baixo Mondego é também ela um bom exemplo de um aproveitamento de fins múltiplos existente entre nós, pois para além da rega realiza também a produção de energia hidroelétrica, a protecção contra inundações e a adução de água para o abastecimento público e para a indústria.

Se as obras do AHA do Baixo Mondego tiveram uma realização, incompleta embora, os campos de Cantanhede ao Vouga não viram os seus trabalhos iniciar-se sequer. E uma área de 35.000 hectares não é pouca coisa, num território onde a agricultura continua a ser praticada intensamente, a par da pecuária, e a reduzida dimensão da propriedade agrícola reflete a sua natureza de actividade de grande relevância social. Recentemente (2015) o aproveitamento do Baixo Vouga Lagunar foi posto em marcha com investimentos relativamente contidos, investimentos esses que permitirão beneficiar esta parcela do território e as respectivas populações rurais (4.600 hectares e cerca de 2.800 proprietários, de entre cerca de 12.260 hectares identificados), retirando-as do relativo abandono a que estão votadas. Trata-se de combater a salinização dos solos, derivada das deficientes condições de drenagem, e sua protecção contra as marés e contra as cheias do Vouga. Estima-se que a simples instalação de uma estrutura verde de sebes arbóreas-arbustivas trará imediatamente benefícios palpáveis para a valorização agrícola deste território.

Mas estes não são os únicos AHA que estão para realizar nesta região hidrográfica, cabendo ainda referir os seguintes que se encontram em diversos estádios de avaliação e realização:

- Ribeira de Frágua e Mortágua - na bacia do Mondego, com uma área de regadio projetada para cerca de 500 hectares e outros tantos beneficiários, que recorrerá à água represada

## Pedro Cunha Serra

nas albufeiras das barragens de Macieira e do Lapão (esta última a carecer de reabilitação);

- Amieiras - na bacia do Vouga, 200 hectares e 360 beneficiários, sendo que terá sido inviabilizado por motivos ambientais (carecia da construção de uma barragem que servisse de origem de água);
- Luso, Vacariça e Mealhada - na bacia do Águeda, afluente do Vouga à entrada da ria de Aveiro, 110 hectares para 480 beneficiários, cuja relevância social fica assim evidente. Carece da construção de uma barragem e foi já objecto de um estudo prévio.

As bacias hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis representam uma das parcelas do território nacional onde estão instalados pequenos regadios tradicionais em maior número, cujas infraestruturas, algumas com mais de cento e cinquenta anos de existência, carecem de reabilitação e modernização. A água destinada à rega é captada sobretudo a partir das linhas de água e de açudes aí instalados. Se não considerarmos os AHA públicos estaremos a falar de cerca de 46.000 hectares dedicados ao regadio, o que nos dá uma imagem do que é a importância económica e social desta actividade para a região e para o país, nomeadamente no combate à desertificação do território. Essa importância, e a necessidade de adaptação destes regadios ao impacto esperado das alterações climáticas, promovendo um uso mais eficiente dos recursos através da impermeabilização dos canais de adução e da adopção de métodos de rega mais eficientes, justificam desde logo que lhes seja dada grande atenção.

As bacias das ribeiras do Oeste (rio Alcobaça, Arnoia, Tornada, Alcabrichel, Sizandro, S. Domingos, os mais importantes), tal como uma parte significativa da bacia do rio Tejo (desde a confluência do Ocreza com o Tejo, ou seja, toda a Lezíria e a maior parte da bacia do Sorraia), fazem também parte desta Zona Homogénea.

A exploração agrícola dos terrenos das bacias das ribeiras do Oeste é já hoje muito intensa e em grande medida feita com base nas águas subterrâneas destas bacias, que assentam sobre os aquíferos cársicos e outras formações porosas da orla Mesocenozóica já referida. Ao todo estarão hoje a ser regados cerca de 20.000 hectares na região. Destes, de iniciativa pública encontramos o AHA de Cela, na bacia do rio Alcoa, que data de 1939, com os seus 450 hectares servidos com as águas deste rio captadas em 2 açudes, e está por realizar o aproveitamento das águas da albufeira da barragem do rio Arnoia para a rega na Baixa de Óbidos e Amoreiras (incluído para ser financiado pelo PNR) com cerca de 1.185 hectares. A dificuldade da realização do aproveitamento das águas superficiais nesta região do Oeste está claramente identificada, pelo que sucede com a albufeira da Sobrena, construída em 1997 na ribeira do mesmo nome, para a rega de 105 hectares, que não enche devido à acelerada infiltração das águas da ribeira devido à natureza muito porosa das formações rochosas do leito. Importa encontrar uma solução para este problema que passará muito provavelmente pela adução directa de águas do projeto Tejo para o perímetro de rega (ou pelo recurso às águas residuais tratadas da Área Metropolitana de Lisboa, como referimos adiante, ou um

mix das duas soluções). Estão ainda por realizar o AHA do Troxofal (120 hectares) e de Valado de Frades e Maiorga (1.100 hectares para serem regados a partir das águas subterrâneas).

As ribeiras do Oeste são ainda um espaço privilegiado para as atividades da agroindústria e agropecuária, que se têm de considerar complementares das actividades agrícolas propriamente ditas: os terrenos beneficiam para a sua fertilização do espalhamento dos efluentes produzidos por estas empresas, ao mesmo tempo que contribuem para a resolução de um problema ambiental, tudo isto obviamente dentro de parâmetros certificados pelas autoridades competentes.

Quanto ao Ribatejo estamos a falar do *filet mignon* do potencial de crescimento hidroagrícola do nosso país, que o PNR trata como estando já resolvido, dedicando apenas uns escassos milhões de euros à extensão da rega no AHA da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira, aos blocos que são hoje servidos por rede de drenagem e que serve simultaneamente para a distribuição da água de rega (Lezíria Sul).

Os regadios ocupam, no Ribatejo, uma extensão muito vasta, da ordem dos 130.000 hectares, sendo que a larga maior parte destes são regadios de iniciativa dos agricultores que recorrem às águas subterrâneas abundantes na região. Para além de alguns pequenos AHA públicos (Alvega, 334 hectares que data de 1939 (!), Loures, projeto de drenagem que data também de 1939 e beneficia cerca de 700 hectares, e Carril, 400 hectares), são excepção os AHA da Lezíria (cerca de 13.400 hectares, já referido) e do Vale do Sorraia, que é um dos AHA mais antigos do nosso país (as barragens de Montargil e Maranhão datam de 1958, tal como o sistema de infraestruturas de adução, carecendo por isso de reabilitação), que rega cerca de 16.350 hectares (e dos caudais sobranes beneficiam ainda os agricultores ribeirinhos até à foz).

Como já referimos, o AHA do vale do Tejo foi desenvolvidamente estudado na década de 1970, tendo sido então produzidos estudos pedológicos, de infraestruturas de rega, de drenagem e de protecção contra inundações, estudos esses que têm vindo recentemente a suscitar o interesse dos agricultores da região e das associações que os representam, o que levou a DGADR a lançar uma consulta pública tendo em vista o seu desenvolvimento e que permita a programação dos necessários investimentos. Esta iniciativa é saudada pela sua oportunidade, pois cumpre com os objectivos que estão fixados no PRR: os projetos que virão destes estudos vão conferir maior robustez à rega na região e vão seguramente permitir práticas agrícolas sustentadas nas melhores e mais eficientes técnicas disponíveis, com recurso ao digital. É isso mesmo que de certa forma já hoje acontece com os regadios de iniciativa dos proprietários, que suportam todos os custos da instalação e exploração da rega das suas parcelas, dado o alheamento da administração e do Estado para o que ali se passa, de que é testemunho o pouco que o PNR contempla para a região.

Embora a isso não se refiram os termos da consulta lançada pela DGADR para a região do Tejo e Oeste, esta é uma região para a qual pode e deve talvez ser pensado um modelo de negócio e de gestão semelhante ao que está implementado para o EFMA com a EDIA. O projeto deve ser pensado numa perspectiva de fins múltiplos (rega, hidroeletricidade, abastecimento às populações, regularização fluvial, turismo e eventualmente navegação), pode beneficiar do facto de em finais de 2022 se ter concluído o prazo do contrato de concessão do AHE do Cabril, no Médio Zêzere (nas cabeceiras da cascata de AHE deste rio), cujos recursos hídricos, segundo foi recentemente anunciado, vão passar a ser explorados numa perspectiva de fins múltiplos, e pode ainda beneficiar dos caudais do Tejo regularizados na albufeira da barragem de Alvito, a construir no rio Ocreza, afluente do Tejo na sua MD à entrada do Ribatejo que faz parte desta Zona Homogénea, como origem de água, com o que se poderiam libertar parcialmente os aquíferos da Bacia Sedimentar do Tejo e do Sado da exploração muito intensa que hoje ali se observa.

O projeto Tejo prevê a rega dos chamados terraços do Tejo (na sua MD, que fazem a transição da bacia do Tejo para as das ribeiras do Oeste), que sempre estiveram associados a todos os planos de desenvolvimento hidráulico desta região.

Um projeto desta envergadura e desta complexidade, destinado a servir tantos objectivos (e não falamos aqui da drenagem, que nestes terrenos tem grande importância, da protecção contra as inundações, que são sempre uma ameaça presente, nem da navegabilidade que as populações reclamam) carece de uma liderança forte e dotada de autonomia, capaz de conciliar interesses nem sempre convergentes, de gerir conflitos e de fazer uma gestão inteligente das muitas centenas de milhões de euros de investimento que o projeto requer – mas que terão uma rentabilidade assegurada se observarmos aquilo que já hoje acontece na região. Uma EDITO (Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Tejo e Oeste) para a qual existem na região os parceiros empresariais, públicos e privados, necessários (a EPAL e as empresas Águas do Tejo Atlântico e Águas do Vale do Tejo, do Grupo Águas de Portugal e com elas os municípios que servem e que são simultaneamente seus accionistas, a Águas do Ribatejo, a EDP, a Companhia das Lezírias, as associações de regantes, como as da Lezíria e do Vale do Sorraia, as organizações agrícolas da região, etc.) seria uma solução a ponderar tendo em conta os resultados muito positivos alcançados com a EDIA e o EFMA no Alentejo.

#### **Zona Homogénea 4 – Interior Norte e Centro**

Esta é uma região extensa, que abarca as bacias do Douro (exceptuada a sua faixa litoral), as cabeceiras dos rios Vouga e Mondego e as bacias dos afluentes da MD do Tejo em Portugal, entre o Erges e o Ocreza. Ou seja, uma das regiões que, a par de regiões que beneficiam de recursos relativamente abundantes, abarca alguns dos territórios mais áridos e com maiores problemas de abandono da terra que temos no nosso país. A consciência desta situação levou

as autoridades a dedicarem atenção ao desenvolvimento da agricultura de regadio nesta região desde os anos 1930, com o desenvolvimento do regadio da Veiga de Chaves, da Idanha, do Vale da Vilariça, de Macedo de Cavaleiros, para referir apenas os mais importantes.

A região da bacia do rio Douro em Portugal é de tal dimensão que nela podemos identificar vários fâcies climáticos: as cabeceiras do seus afluentes na MD (Sousa, Sabor, Tua, Tâmega) que drenam a vertente Sul da cordilheira Cantábrica (o polo pluviométrico mais importante da Europa!) e o vale do rio Douro com um clima continental de invernos chuviosos e verões quentes e secos próprio para as culturas mediterrâneas, da vinha, do olival, do amendoal, e as terras quentes do Nordeste Transmontano, dos vales dos rios Sabor e Côa, com um clima mais árido, menores volumes de precipitação, maior irregularidade desta, temperaturas mais elevadas e grande deficiência de água no Verão, onde a agricultura depende em grande medida do regadio. Não pode por isso estranhar-se que seja nestes últimos que vamos encontrar vários perímetros de rega de iniciativa pública, muitos deles previstos para serem desenvolvidos em várias fases, mas que passadas em alguns casos várias décadas da construção de parte das suas infraestruturas, nomeadamente de captação e regularização de caudais (as que maiores investimentos requerem e maiores impactes ambientais têm, sublinhe-se) continuam por completar.

Macedo de Cavaleiros é um dos mais importantes aproveitamentos hidroagrícolas (AHA) na bacia do Douro português, projetado para servir cerca de 5.300 hectares com as águas da bacia do rio Sabor represadas na albufeira do Azibo. Construída a barragem na década de 1980, foi equipada apenas cerca de metade desta área (blocos de Macedo, Cortiços e Salselas) e estarão a ser regados apenas 2.000 hectares. A importância social e económica deste aproveitamento não carece de ser sublinhada: 70% dos beneficiários regam menos de 1 hectare e a maior parte têm mais de 50 anos de idade, a fazer fé nos números mais recentes. A população vem reclamando, sem sucesso, que sejam também equipados os blocos de Limãos, Castro-Roupal e Morais-Lagoa, num total de cerca de 2.300 hectares. A albufeira do Azibo, com as suas margens, é hoje pouco mais do que uma praia fluvial, cujo custo terá de se considerar exorbitante.

Esta é uma das regiões onde o Estado mais apostou na agricultura de regadio, para ir ao encontro das reclamações da população. Ao todo são cerca de 10.000 hectares de regadio público em exploração neste momento, de entre um total de cerca de 69.300 hectares que são regados, onde se destacam, para além de Macedo de Cavaleiros, o Vale da Vilariça (2.100 hectares abastecidos a partir de 4 albufeiras) e a Veiga de Chaves (1.880 hectares). A área total de regadio nesta bacia é da ordem dos 69.300 hectares, dos quais cerca de 38% a partir de águas superficiais.

Também em Trás-os-Montes, mais precisamente em Mirandela, encontramos aquele que foi um dos projetos emblemáticos da agricultura nacional, o empreendimento do Complexo

Agro-Industrial do Cachão, surgido em 1963 da iniciativa de empresários agrícolas daquela região, com destaque para o Eng. Camilo de Mendonça. Mais uma vez estamos perante iniciativas que devem ser apoiadas e replicadas com as devidas adaptações a outras parcelas do território, em linha com o que já vem sendo feito pela EDIA, colocando em parceria a agricultura, a pecuária, a agroindústria e a agropecuária, a produção regional e a valorização dessa produção (olivicultura, vinicultura, queijaria, panificação, lanifícios, etc.).

Quanto à parte da MD do Tejo que o PNR inclui nesta Zona Homogénea, temos os AHA da Idanha, que tem como origem de água a barragem da Idanha, iniciado na década de 1930, e o AHA da Cova da Beira (12.500 hectares) cujos blocos de rega ainda se encontram em desenvolvimento. O RA 2019 identifica na região da Beira Interior, que integra as bacias referidas e ainda a bacia do Coa, afluente da ME do Douro, cerca de 37.000 hectares de regadio.

O AHA da Idanha é em certa medida o paradigma do que talvez devessem ser as políticas públicas para o regadio em Portugal. Iniciado na década de 1930 com fins eminentemente sociais, visando a fixação das populações e o apoio ao desenvolvimento de uma das regiões mais pobres do nosso país, teve um sucesso muito limitado naquela ocasião. Os agricultores beneficiários não dominavam as técnicas de rega, os solos incluídos no perímetro de rega (gravítica) eram pobres e foram praticamente destruídos, a ponto de, no final da década de 1980, praticamente apenas se regarem os terrenos marginais ao canal de adução que, por se situarem a cotas acima das do canal, não haviam sido incluídos no perímetro de rega, sendo que a cultura dominante era aí o tabaco, coisa que nunca havia sido sequer imaginada no projeto original. Hoje este é um caso de evolução positiva entre os regadios nacionais, sendo que, de iniciativa dos agricultores (melhor diríamos, dos empresários agrícolas ali instalados) entre as culturas regadas está neste momento o amendoal, com muitos empresários, nomeadamente estrangeiros, ali instalados a fazerem aquilo que não podem fazer na sua terra por falta dos necessários recursos em solo e água.

#### **4. As mudanças de paradigma em curso**

Tem de se reconhecer que a introdução das tecnologias de regadio em zonas tradicionalmente de sequeiro (de que a região de influência do EFMA é o exemplo mais acabado) provoca, para além de um impacto directo no emprego e no valor acrescentado da actividade agrícola dessas regiões, a dinamização de um conjunto de actividades a montante e a jusante, elas próprias geradores de mais emprego e de maior valor para a economia e para as populações.

Mas quando falamos de agricultura e de regadio nas nossas condições edafo-climáticas chegamos rapidamente à conclusão de que vai ser necessário contrariar o regime de pluviosidade que temos para assegurar que o recurso água esteja disponível na época do ano



em que mais falta faz às culturas, realizando para tal investimentos em infraestruturas de regularização dos caudais dos nossos rios, criando com isso condições para o desenvolvimento agrícola. E também aumentando a eficiência do uso da água no regadio, naturalmente.

Ora, sem que nos tenhamos apercebido disso, temos estado a viver várias mudanças de paradigma que vêm ao encontro destas preocupações e devem ter reflexos na forma como encaramos a regularização de caudais e o aproveitamento das águas na rega. E não nos estamos a referir ao abandono da rega por inundação e passagem à aspersão e à gota-a-gota, que já vem de algumas décadas atrás e tanto contribuiu para a melhoria da eficiência no uso da água na rega. Estamos-nos a referir, desde logo, à digitalização, que permite um controlo de todos os factores de produção e não apenas a optimização da aplicação da água na rega (acompanhando o anterior), que se traduz num aumento da produtividade dos campos agrícolas e num aumento do rendimento da agricultura em geral e da agricultura de regadio muito em particular.

Essa mesma digitalização permite que possa ser adoptado sem dificuldade um modelo contratual de aquisição de energia pelos agricultores que atenda à forte sazonalidade do seu uso, com o que se reduziria fortemente a factura que estes têm de pagar às companhias eléctricas (de algum modo compensando estes pelo seu esforço de modernização das suas explorações e passagem a métodos de rega mais eficientes, mas que requerem um maior consumo de energia), assim haja vontade e o Governo apoie o sector nesta sua velha reivindicação. O recurso a tecnologias avançadas permite ao empresário agrícola decidir, a par da oportunidade da rega e da quantidade de água a aplicar, sobre a aplicação dos fertilizantes, dos fitofármacos, a melhor oportunidade para realizar a colheita, etc., e assim otimizar a sua exploração agrícola.

As mudanças de paradigma não se ficam por aqui. A par destes desenvolvimentos assistimos ao interesse crescente no quadro da União Europeia (UE) pela figura da economia circular, no contexto das medidas a adoptar no combate às alterações climáticas e, dentro desta, pelo aproveitamento das águas residuais urbanas tratadas (ApR) para fins que sejam compatíveis com a sua qualidade. Ora, a rega pode ser um desses destinos, como já referimos acima a propósito do regadio na região do Algarve. Também na Região Metropolitana de Lisboa, onde cerca de 240 milhões de m<sup>3</sup> de águas residuais são produzidos todos os anos, a ApR pode ajudar a resolver problemas crónicos de défice hídrico que se vivem nas ribeiras do Oeste e na bacia do Sorraia, graças a um investimento a realizar na sua adução em direcção aos centros de consumo onde a sua necessidade se faz sentir. Na prática impossibilidade do armazenamento destas águas, por razões que não carecem de ser explicadas, talvez apenas cerca de 80 hm<sup>3</sup> possam ser assim mobilizados (que já é muita água) com custos relativamente contidos, para a rega das culturas permanentes que ali são praticadas.



Mas uma outra mudança de paradigma está a ter lugar neste momento sem que nos demos conta, e esta tem a ver indirectamente com as consequências das alterações climáticas que tanto nos preocupam.

Se as alterações climáticas têm um impacto directo sobre as necessidades de água das culturas, devido ao aumento da evapotranspiração das plantas que inevitavelmente acompanha o aumento da temperatura atmosférica, e também sobre os recursos hídricos que estão disponíveis, ao acentuar a sua irregularidade interanual e ao reduzir, em largas parcelas do território, a sua quantidade, também é verdade que elas estão a contribuir indirectamente para uma mudança na forma como vemos a gestão dos recursos hídricos sem que nos demos conta disso.

Isto é assim porque, para combater as alterações climáticas deitámos mão a outras formas de produção de energia eléctrica que não a queima de combustíveis fósseis e a hidroeletricidade, que por razões sobretudo tecnológicas estão estreitamente associadas: a queima dos combustíveis fósseis para a satisfação da base do diagrama de cargas e a hidroeletricidade para fazer as pontas daquele diagrama. Foi esta lógica que determinou o forte impulso à construção dos aproveitamentos hidroeléctricos nas décadas de 1950 a 1990 no nosso país, a par da construção das centrais termoeléctricas que também teve então lugar. E, porque os grupos termoeléctricos não são susceptíveis de parar e arrancar a toda a hora por razões de natureza técnica, havia que utilizar os excedentes da sua produção na bombagem de jusante para montante daqueles AHE, como acontece no circuito Alqueva-Pedrógão. Ou seja, os AHE funcionam como acumuladores de energia para satisfação dos consumos de ponta do diagrama de cargas do sistema eléctrico e têm sido, por isso, extremamente valorizados.

As alterações climáticas vieram alterar este quadro e levaram ao encerramento das centrais térmicas e ao aproveitamento intensivo da energia eólica e solar a que temos vindo a assistir. Com elas veio a ideia da utilização do hidrogénio como acumulador de energia (hidrólise da água com os excessos de energias solar e eólica quando estes ocorrem e sua queima quando há que complementar a sua produção para efeitos da satisfação da procura de energia eléctrica), em alternativa à energia hidroeléctrica, com o que se altera radicalmente a forma como devemos olhar para estes AHE e, com isso, a gestão dos nossos recursos hídricos.

É para esta mudança de paradigma que chamamos a atenção: a possibilidade de promover a utilização da capacidade de regularização de caudais de que já dispomos no nosso país, muita dela realizada com finalidade de produção de energia eléctrica e que enquanto tal está a perder essa sua valia, para, a par desta sua finalidade, satisfazer outras, como sejam a rega dos campos agrícolas e a garantia dos necessários caudais ecológicos. A questão vai colocar-se desde já com o aproveitamento de Cabril, nas cabeceiras da cascata do Zêzere e cujo contrato de concessão com a EDP termina em finais de 2022. E depois (2032) com os AHE de

Belver, do Castelo do Bode e da Bouçã, todos eles na bacia do Tejo onde a falta de capacidade de regularização de caudais para a rega tanto se faz sentir.

## 5. Olhando para o futuro

O nosso futuro vai ser muito condicionado pelo que for feito agora, e não estamos a pensar apenas nas alterações climáticas e menos ainda na recuperação da nossa economia no pós-pandemia. Depende de nós se vamos avançar com vistas largas e de uma forma sustentável para os anos vindouros, apostando em projectos e sectores criadores de valor, mesmo os sectores considerados “tradicionalistas” como é o caso da agricultura, ou se vamos continuar a olhar apenas para o curto prazo, para a reabilitação urbana, a ciclovias, a redundância em determinados eixos viários a pretexto de que ainda falta qualquer coisa, uma circular, um alargamento da estrada (vai sempre faltar!), para pequenos projectos locais que são queridos das populações e por isso rendem votos, por importantes que estes outros objectivos também possam ser considerados. Não por acaso os nossos contributos para a discussão em torno do PRR foram sistematizados num documento a que chamámos *Ambição Agro 2020-30, um contributo para a recuperação da economia nacional*.

Nas últimas décadas observou-se em Portugal uma redução da extensão da área regada dos regadios tradicionais, reflectindo o desinvestimento nesta actividade, como se ela não tivesse qualquer relevância económica e social, desprezando as suas externalidades positivas de toda a ordem, com destaque para a fixação das populações rurais e combate à desertificação do interior (desertificação essa que cria as condições para a proliferação dos incêndios florestais, a perda da biodiversidade, a concentração da população nas áreas metropolitanas com todas as suas externalidades negativas que muitas vezes nos esforçamos por não ver). Esta tendência ter-se-á invertido na última década, felizmente.

O combate a esta tendência para o abandono da agricultura mais tradicional faz-se pela promoção de medidas de modernização dessa agricultura, que nem por ser classificada como tradicional é menos relevante ou tem um menor potencial de crescimento. Faz-se pela promoção de técnicas de rega mais eficientes, através do financiamento de projetos, pela melhoria dos circuitos comerciais, da capacitação e formação profissional dos agentes e do apoio a estes pelos vários departamentos do Estado competentes através das estruturas locais de apoio existentes ou a criar, não os abandonando à sua sorte. Com isso estaremos a gerar oportunidades de trabalho com rendimento digno para os mais novos e a contribuir para a sua fixação nos seus territórios de origem, potenciando o desenvolvimento de actividades complementares e a criação de microempresas, também elas enriquecedoras do nosso país. A ensinar a pescar em vez de dar o peixe ao cidadão, como se costuma dizer!

Tudo isto está já dito na Estratégia para o Regadio Público 2014-2020 elaborada pela DGADR cuja implementação tarda. E também no Portugal 2030, de que um dos eixos principais é

precisamente a *Competitividade e coesão dos territórios do interior*, com o que se propõe reforçar a competitividade dos territórios de baixa densidade em torno de cidades médias, potenciando a exploração sustentável dos recursos endógenos e o desenvolvimento rural, diversificando a base económica para promover a sua convergência e garantindo a prestação de serviços públicos.

Mas o futuro far-se-á também com o apoio à empresarialização da agricultura e aos investimentos no regadio nos territórios onde esta tem um grande potencial de desenvolvimento, como foi bem vincado. Tal pode passar pela organização dos interesses envolvidos em grandes unidades, um pouco à semelhança do que foi feito no Alentejo com o EFMA. Entidades desta natureza podem financiar-se sem grandes dificuldades nos mercados financeiros, ou recorrer a parcerias público-privado (PPP), recuperar custos, envolver outros parceiros, praticar não apenas uma agricultura muito avançada tecnologicamente, mas também muito sustentável do ponto de vista ambiental, como é feito pela EDIA com o EFMA, e do ponto de vista social, apoiando as comunidades regionais que o necessitem e reunindo as três componentes da sustentabilidade que um projeto deve ter: económica, ambiental e social.

Simultaneamente as alterações climáticas, ao determinarem uma mudança do paradigma da produção de energia elétrica, com a aposta nas energias renováveis eólica e solar e mais recentemente no hidrogénio como bateria para o armazenamento desta energia quando ela é produzida em excesso sobre o consumo para sua posterior utilização, vieram criar novas oportunidades para uma exploração mais racional dos nossos aproveitamentos hidráulicos e uma gestão dos recursos hídricos mais amiga da agricultura e do ambiente. Também para a valorização destas oportunidades, que obrigarão a algum investimento e vão exigir a passagem de soluções que hoje têm um único aproveitamento, a soluções multiuso. Soluções tipo EFMA são necessárias, como o seu próprio nome indica.

Ambicionamos ver reconhecido o papel da agricultura na economia nacional, na geração de riqueza, no ordenamento do território, na protecção da natureza, dos nossos campos, do nosso património, da nossa floresta, dos nossos rios. Ambicionamos ver dignificada a profissão de agricultor e ver devidamente valorizado o seu esforço na gestão do território e dos nossos recursos hídricos, retirando o máximo valor de cada gota de água que lhes é permitido retirarem da natureza, no combate ao desperdício e na promoção das melhores práticas agrícolas.

Ambicionamos contribuir para um país mais desenvolvido, mais moderno, mais justo e mais integrado na economia global, mais resiliente e mais capaz de enfrentar os desafios que temos pela frente.

2021-10-29